

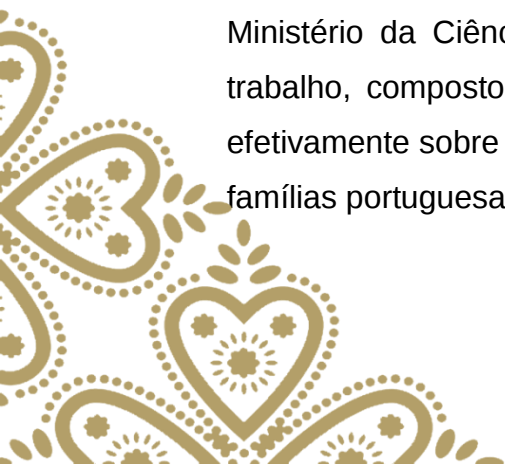
Taxas e Emolumentos

As taxas e emolumentos mereceram da parte de vários agentes do Ensino Superior, em certo momento, uma importante discussão tendo sido até colocada no centro da discussão em torno dos ramos de financiamento das Instituições de Ensino Superior após o movimento associativo nacional, em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas ter concluído que, efetivamente, esta problemática merecia um levantamento de todos estes valores que são suportados pelas famílias propondo, por sua vez, a eliminação e uniformização de alguns valores praticados nas Instituições.

Foi com particular agrado que o movimento associativo nacional recebeu a notícia, no final do ano passado, da solicitação por parte da tutela à DGES para realizar um levantamento de todas as taxas e emolumentos praticados bem como elaborar um relatório pronunciando-se sobre o atual paradigma nesta problemática.

Chamado a pronunciar-se sobre esse levantamento pela DGES no início do presente ano – e, registe-se, após a DGES ter reunido já com todas as Instituições, o movimento associativo nacional apresentou as suas propostas detalhadas sobre a matéria identificando claramente as taxas e emolumentos que os estudantes deveriam ver eliminados. Importa assinalar que, até ao momento, não existiu qualquer consideração sobre as propostas apresentadas existindo apenas um compromisso por parte do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em criar um novo grupo de trabalho para estudar as propostas apresentadas e debruçar-se sobre o levantamento realizado.

Assim, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas nos dias 10 e 11 de Junho, vêm por este meio relembrar a existência do compromisso por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em criar um grupo de trabalho, composto também pelo movimento associativo nacional, que reflita efetivamente sobre esta problemática e que contribua para aliviar o esforço das famílias portuguesas no pagamento destes encargos.



Viana do Castelo, 10 e 11 de junho de 2017

Endereçado a: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

